

SUMÁRIO

1. SEGURADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	1
1.1. Segurado obrigatório empregado.....	1
1.1.1. Aluno-aprendiz.....	2
1.1.2. Jogador amador de futebol. Não caracterização.....	3
1.1.3. Segurado empregado de empresa pertencente à própria família.....	3
1.1.4. Monitor universitário. Não caracterização.....	5
1.1.5. Estagiário.....	5
1.1.6. Trabalhador que exerce atividade no exterior.....	7
1.1.7. Servidor Público municipal ocupante de cargo em comissão.....	9
1.2. Empregado doméstico.....	11
1.3. Contribuinte individual.....	14
1.3.1. Responsabilidade pelo recolhimento das contribuições.....	14
1.3.2. Escalas de salário-base.....	16
1.3.3. Garimpeiro.....	19
1.3.4. Membro de ordem religiosa.....	19
1.3.5. Médico residente.....	20
1.4. Segurado trabalhador avulso.....	21
1.5. Segurado especial.....	24
2. DEPENDENTES	29
2.1. Rol taxativo dos dependentes.....	30
2.2. Dependência econômica presumida dos cônjuges e companheiros.....	31
2.3. Filho não emancipado menor de 21 anos e a questão da maioridade civil.....	32
2.4. Filho inválido.....	35
2.5. Pais.....	36
2.6. Irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido.....	38
2.7. Menor sob guarda e pensão por morte.....	39



2.8. Dependente designado	46
2.9. Equiparados a filhos e a questão da “tutela de fato”	50
3. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	55
3.1. Incapacidade laborativa total e permanente	56
3.2. Termo Inicial da Aposentadoria por Invalidez	62
3.3. Perda da qualidade de segurado e aposentadoria por invalidez	67
3.4. Doença preexistente.....	69
3.5. Adicional de 25% na aposentadoria por invalidez.....	71
3.6. Impossibilidade de recebimento conjunto de aposentadoria por invalidez e benefício assistencial	74
3.7. Impossibilidade de recebimento conjunto de aposentadoria por invalidez e auxílio-doença	75
3.8. Impossibilidade de recebimento conjunto de aposentadoria por invalidez e aposentadoria por idade	76
3.9. Aposentadoria por invalidez e sentença <i>extra petita</i>	77
3.10. Aposentadoria por invalidez e exercício de cargo eletivo.....	80
3.11. Aposentadoria por invalidez e doenças que independem de carência (art. 151 da Lei n.º 8.213/91).....	82
4. APOSENTADORIA POR IDADE	85
4.1. Desnecessidade de preenchimento simultâneo dos requisitos à concessão. Preenchimento do requisito da carência antes do requisito etário.....	86
4.2. Cumprimento da carência posterior ao momento em que atingida a idade	88
4.3. Recolhimento das contribuições em atraso.....	90
4.4. Regra de transição. Período de carência diferenciado aos segurados já vinculados ao RGPS antes do surgimento da Lei n.º 8.213/91	92
4.5. Impossibilidade de conversão de aposentadoria por invalidez em aposentadoria por idade na vigência da Lei n.º 8.213/91	93
4.6. Inoponibilidade de proibição à transformação do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição/serviço para o de aposentadoria por idade, quando este se mostra mais benéfico, ainda que tenha auferido o segurado abono de permanência em serviço nos termos do revogado art. 87 da Lei n.º 8.213/91	94
5. DA APOSENTADORIA POR IDADE RURAL	97
5.1. Regime de Economia Familiar	99
5.2. Início de Prova Material	102
5.3. Declaração do Sindicato de trabalhadores rurais como início de prova material	107



5.4. Tamanho da propriedade rural e regime de economia familiar	109
5.5. Valores expressivos da comercialização e descaracterização do regime de economia familiar para fins de aposentadoria por idade rural.....	113
5.6. Regime de Economia Familiar e utilização de empregados	114
5.7. Regime de Economia familiar e exercício de atividade urbana no período de carência.....	115
5.8. Do preenchimento simultâneo dos requisitos “idade” e “carência”	120
5.9. Averbação do tempo de serviço rural para fins de concessão de aposentadoria urbana (regime celetista).....	121
5.10. Contagem do tempo de serviço rural para fins de averbação junto ao serviço público.....	123
5.11. Reconhecimento previdenciário da prestação de serviço rural por menor de 12 a 14 anos para fins de aposentadoria por idade rural.....	125
5.12. Comercialização da produção para caracterização do segurado especial	127
5.13. Cumulação de aposentadoria urbana e pensão rural	129
5.14. Impossibilidade de cumulação de aposentadoria por idade rural com aposentadoria por idade urbana.....	130
5.15. Recurso especial e extraordinário e reexame de prova da atividade rural	131
6. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO/SERVIÇO	133
6.1. Aplicação das regras vigentes no momento do cumprimento das condições à aposentadoria. Direito adquirido. Utilização da regra mais benéfica. Impossibilidade de criação de um sistema híbrido.....	134
6.2. Forma de cálculo da RMI.....	138
6.3. Inutilidade do abono de permanência a fim de aumentar a base de cálculo para concessão de benefício.....	140
7. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DO PROFESSOR.....	143
7.1. Cômputo da atividade exercida fora da sala de aula para fins de aposentadoria especial de professor.....	144
7.2. Impossibilidade de conversão de período laborado como professor para o comum, após a EC 18/81	145
7.3. Impossibilidade de cômputo da atividade de docência em ensino universitário.....	148
8. APOSENTADORIA ESPECIAL.....	149
8.1. Atividades insalubres, perigosas e penosas	151
8.2. Comprovação de tempo de serviço especial e legislação vigente	157
8.3. Reconhecimento da especialidade da atividade. Exigência de prova de acordo com a lei vigente no momento da prestação da atividade.....	159



8.4. Limite temporal para a conversão do tempo de serviço comum em especial	160
8.5. Neutralização da insalubridade, periculosidade e penosidade pela utilização de equipamentos de proteção individual	163
8.6. Ruído	166
9. AUXÍLIO-DOENÇA	171
9.1. Requisito referente à incapacidade	172
9.2. Portador de HIV	177
9.3. Requisito referente à carência	180
9.4. Transitoriedade do benefício	182
9.5. Incapacidade preexistente ao ingresso no RGPS	183
9.6. Manutenção da qualidade de segurado no período de graça	185
9.7. Manutenção da qualidade de segurado quando o afastamento do trabalho se dá em razão da incapacidade	188
9.8. Reabilitação profissional	190
9.9. Alta programada	192
9.10. Cômputo do período de gozo do auxílio-doença como período de carência para fins de aposentadoria por idade	197
9.11. Contagem de período em gozo de benefício por incapacidade como tempo de contribuição para fins de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição	198
9.12. Competência jurisdicional	199
9.13. Reflexos da concessão do benefício de auxílio-doença na seara trabalhista	201
10. SALÁRIO-FAMÍLIA	203
10.1. Juízo competente para conceder o benefício de salário-família: Justiça Federal ou Justiça do Trabalho	204
10.2. Salário-família ao aposentado que continuar a exercer atividade vinculada ao RGPS	206
10.3. Vedação de pagamento de salário-família aos contribuintes individuais/autônomos	208
10.4. Ônus da prova da filiação	209
11. SALÁRIO-MATERNIDADE	211
11.1. Limite do teto do benefício de salário-maternidade	212
11.2. Salário-maternidade à segurada especial	213
11.3. Qualidade de segurada	216



11.4. Responsabilidade pelo pagamento diretamente pelo empregador à segurada empregada.....	218
11.5. Requisito referente à idade mínima da segurada para fazer jus ao benefício	220
11.6. Decadência para requerer o benefício, nos termos da anterior redação do parágrafo único do art. 71 da Lei n.º 8.213/91	221
12. AUXÍLIO-ACIDENTE	225
12.1. Impossibilidade de acumulação de auxílio-acidente com aposentadoria se o infortúnio for posterior à Lei n.º 9.528/97	225
12.2. Possibilidade de cumulação de auxílio-doença com auxílio-acidente	227
12.3. Competência da Justiça Estadual	230
12.4. Redução da capacidade de trabalho decorrente de acidente de qualquer natureza	232
12.5. Termo inicial do auxílio-acidente.....	236
12.6. Auxílio-acidente como integrante do salário de contribuição.....	237
12.7. Revisão do percentual do auxílio-acidente.....	240
13. PENSÃO POR MORTE	245
13.1. Requisitos da pensão por morte	246
13.2. Dependência	247
13.3. Pensão por morte e qualidade de segurado.....	249
13.4. Do <i>de cujus</i> que perdeu a qualidade de segurado, mas preencheu os requisitos para a obtenção de aposentadoria antes da data do falecimento	252
13.5. Pensão por morte e legislação aplicável	254
13.6. Pensão por morte de contribuinte individual. Regularização das contribuições após o óbito do segurado	255
13.7. Pensão por morte e ingresso no regime com doença preexistente....	259
13.8. Pensão por morte e separação judicial	260
13.9. Pensão por morte e divórcio com exoneração da obrigação de prestar alimentos	262
13.10. Relacionamento adúlterino e pensão por morte.....	265
13.11. Relacionamento homoafetivo e pensão por morte.....	267
13.12. Menor sob guarda.....	269
13.13. Dependente designado	276
13.14. Equiparados a filhos e a questão da “tutela de fato”.....	279
13.15. Pensão por morte e dependente universitário	283



13.16. Cumulação de mais de uma pensão por morte	286
13.17. Novas núpcias e pensão por morte	289
13.18. Morte Presumida e Pensão Provisória	291
13.19. Pensão por morte aos homens após a promulgação da CF/1988 e antes da edição da Lei n.º 8.213/91	292
13.20. Pensão por morte ao cônjuge varão de trabalhadora rural no regime anterior à Lei n.º 8.213/91	295
13.21. Pensão por morte aos dependentes do trabalhador rural antes da Lei n.º 8.213/91	297
13.22. Cumulação de pensão por morte com aposentadoria	299
13.23. Revisão das Cotas de Pensão	301
14. AUXÍLIO-RECLUSÃO	303
14.1. Requisito de baixa renda no momento do recolhimento à prisão	304
14.2. Qualidade de segurado no momento da reclusão	305
14.3. Critério de limitação. Renda dos dependentes x renda do segurado	306
14.4. Manutenção do benefício	310
14.5. Legitimidade para requerer o benefício	311
14.6. Momento de requerer o benefício	313
14.7. Segurado que cumpre pena em regime semiaberto, regime aberto, liberdade condicional, prisão provisória e prisão civil	315
14.8. Causas de cessação de benefício	316
14.9. Requisito de dependência adquirido após o recolhimento à prisão	317
14.10. Exercício de atividade remunerada durante o período da reclusão	318
15. HABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	319
15.1. Possibilidade de reabilitação profissional como pressuposto do auxílio-doença	319
15.2. Ausência de reabilitação profissional e cessação do benefício de auxílio-doença	323
15.3. Da aposentadoria por invalidez ao segurado incapaz de se reabilitar	324
15.4. Habilitação profissional e permanência na região	325
16. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	327
16.1. Requisito objetivo referente à renda familiar de ¼ de salário-mínimo por pessoa como limite à concessão do benefício	328
16.2. Exclusão de outro benefício assistencial concedido a idoso para aferição de renda, nos termos do art. 34, parágrafo único do estatuto do idoso	331



16.3. Conceito do requisito de incapacidade.....	334
16.4. Conceito de membro de grupo familiar.....	336
16.5. Abatimento de despesas familiares com saúde e outros gastos necessários para aferição da renda mensal.....	338
16.6. Concessão do benefício a estrangeiros.....	340
16.7. Concessão do benefício a menor.....	343
16.8. Legitimidade do INSS x Ilegitimidade da União.....	345
16.9. Legitimidade do Ministério Público em matéria de benefício assistencial.....	346
16.10. Revisão periódica da manutenção das condições à concessão.....	347
17. PENSÃO ESPECIAL ÀS VÍTIMAS DA SÍNDROME DA TALIDOMIDA.....	349
17.1. Prova da existência da deficiência.....	349
17.2. Incidência da prescrição quinquenal.....	351
18. PENSÃO MENSAL VITALÍCIA AOS SERINGUEIROS.....	353
18.1. Natureza assistencial do benefício.....	354
18.2. Da pensão aos dependentes.....	355
18.3. Da não exigência de idade mínima para o benefício.....	355
18.4. Da cumulação da pensão com outros benefícios.....	356
18.5. Comprovação da efetiva prestação de serviços.....	357
19. EX-COMBATENTE.....	361
19.1. Direito adquirido ao benefício quando preenchidos os requisitos legais, ainda que requeridos posteriormente.....	362
19.2. Cumulação com outros benefícios custeados pelo poder público.....	364
19.3. Extensão do conceito de ex-combatente.....	366
19.4. Comprovação da condição de ex-combatente.....	368
19.5. Inexistência de direito àquele que continuou nas forças armadas até sua efetiva reforma.....	370
19.6. Legitimidade passiva.....	371
19.7. Legitimidade para requerer a declaração de ex-combatente.....	372
20. COMPLEMENTAÇÃO DA APOSENTADORIA AO FERROVIÁRIO DA EX-TINTA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A. – RFFSA.....	375
20.1. Enquadramento na situação geradora de direito à complementação de aposentadoria.....	376
20.2. Garantia de isonomia entre os ferroviários aposentados e aqueles em atividade.....	379



20.3. Legitimidade passiva	381
20.4. Prescrição	382
20.5. Competência jurisdicional.....	384
20.6. Inacumulabilidade.....	385
20.7. Interesse de agir em revisar o valor pago pelo INSS.....	385
20.8. Sucessão da RFFSA pela União.....	386
21. PERÍODO DE GRAÇA.....	389
21.1. Comprovação da condição de desempregado para fazer jus à prorrogação do período de graça.....	389
22. COMPROVAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO.....	393
22.1. Necessidade do início de prova material	394
22.2. Eficácia da sentença trabalhista para obtenção do reconhecimento do período para fins previdenciários.....	396
22.3. Caso fortuito ou força maior	399
22.4. Presunção <i>juris tantum</i> das anotações em CTPS	401
23. CNIS – CADASTRO NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS.....	405
23.1. Força probatória do CNIS.....	407
23.2. CNIS versus Carteira de Trabalho.....	408
23.3. Cancelamento de benefícios previdenciários e utilização do CNIS.....	409
23.4. Utilização do CNIS para fins de cálculo do salário de benefício	410
24. CONTAGEM RECÍPROCA.....	411
24.1. Incidência de indenização sobre contribuição não recolhida em momento oportuno	412
24.2. Pagamento de juros e multa sobre a contribuição não recolhida em momento próprio.....	415
24.3. Contagem recíproca imprópria.....	418
24.4. Desnecessidade de comprovação do efetivo recolhimento das contribuições perante o regime próprio para fins de contagem no RGPS, desde que certificado pelo ente público de origem.....	420
24.5. Atividades concomitantes em diferentes regimes	421
24.6. Emissão de certidão de tempo de serviço	424
24.7. Contagem recíproca de período insalubre de forma diferenciada.....	427
24.8. Impossibilidade de estipulação de tempo máximo de contribuição em regime diverso a ser computado perante regime próprio de previdência.....	429
24.9. Responsabilidade do ente público instituidor pelas obrigações perante o segurado diante da extinção do regime próprio.....	430



25. PRAZO DECADENCIAL PARA REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO PARA O BENEFICIÁRIO	433
26. REVISÃO DO ATO CONCESSÓRIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO	437
26.1. Poder-dever de revisão do ato concessório. Autotutela administrativa. Previsão legal.....	438
26.2. Impossibilidade de aplicação retroativa à lei que criou o prazo decadencial.....	441
26.3. Impossibilidade de cessação com base em alteração da interpretação da legislação previdenciária ou na distinção da valoração da prova....	442
26.4. Impossibilidade de cessação em homenagem à proteção ao princípio da segurança jurídica	443
26.5. Garantia aos princípios constitucionais da ampla defesa e contraditório.....	444
26.6. Termo inicial para impetração do mandado de segurança contra ato que determina a cessação do benefício	445
26.7. Revisão com base em indício de fraude.....	447
26.8. Prescritibilidade das parcelas pagas indevidamente pelo INSS coincidente com o prazo decadencial	447
27. AÇÕES REVISIONAIS PREVIDENCIÁRIAS	449
27.1. Revisão das cotas de pensão	450
27.2. IRSM	453
27.3. ORTN/OTN.....	456
27.4. Direito adquirido às regras em vigor no momento do preenchimento dos requisitos à aposentação	459
27.5. Utilização da forma de cálculo de benefício de aposentadoria concedida antes da Emenda n.º 20/98 quando há cômputo de período posterior a 16/12/1998.....	460
27.6. Aplicabilidade imediata dos §§ 5.º e 6.º do art. 201 da CF/88	461
27.7. Revisão de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio doença. Discussão acerca da aplicação do art. 29, § 5.º, da Lei n.º 8.213/91	462
27.8. Constitucionalidade da conversão dos benefícios para a URV.....	464
27.9. Art. 58 do ADCT.....	466
27.10. Revisão com base na súmula 260 do extinto TFR.....	469
27.11. Constitucionalidade da aplicação de índices de atualização de salários de benefício diversos daqueles usados na atualização dos salários de contribuição	471
27.12. Revisão com base no art. 144 da Lei n.º 8.213/91 – “Buraco negro”.....	472
27.13. Revisões com base no salário-mínimo.....	474



27.14. Ausência de direito adquirido a índices de correção.....	476
27.15. Revisão do benefício com base em equivalência do teto do salário de contribuição	477
27.16. Art. 202 da Constituição Federal. Aplicabilidade	480
27.17. Reflexos de verbas trabalhistas no salário de contribuição.....	482
27.18. Cômputo dos décimo terceiros no cálculo da renda mensal inicial.....	485
27.19. Atividades concomitantes. RMI.....	486
27.20. Interesse de agir em ajuizar ação revisional, ainda que o segurado esteja vinculado a regime de previdência complementar.....	490
27.21. Revisão de benefício decorrente de reconhecimento de tempo de serviço.....	492
27.22. Aplicação dos índices IGP-DI	493
27.23. Aplicação do índice INPC	495
27.24. Reajuste do benefício previdenciário devido em setembro de 1991....	496
27.25. Constitucionalidade da forma anual de revisão dos benefícios.....	498
27.26. Competência da Justiça Estadual para julgar ação revisional de benefício acidentário	499
28. DESAPOSENTAÇÃO	501
28.1. Renúncia à aposentadoria. Desaposentação.....	501
28.2. Impossibilidade de cômputo de período laborado após a aposentadoria e enquanto esta durar	505
29. FATOR PREVIDENCIÁRIO	507
29.1. Constitucionalidade da lei que cria o fator previdenciário.....	508
29.2. Regra de aplicação. Direito adquirido	510
29.3. Aplicação da regra mais benéfica quando preenchidos tanto os requisitos exigidos pela Lei n.º 9.876/99, como aqueles exigidos na sistemática anterior	512
29.4. Situações de inaplicabilidade do fator previdenciário	513
29.5. Utilização da tábua de mortalidade no momento do requerimento administrativo.....	514
30. DO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PARA O AJUIZAMENTO DE AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.....	517
30.1. Da desnecessidade do prévio requerimento administrativo nas ações revisionais previdenciárias	517
30.2. Do requerimento administrativo nas ações de concessão de benefício previdenciário.....	519
30.3. Falta de requerimento administrativo e termo inicial do benefício.....	526



31. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL	529
31.1. Prescrição das parcelas vencidas	529
31.2. Absolutamente incapaz e prescrição	532
31.3. Reconhecimento de ofício da prescrição quinquenal nas ações previdenciárias.....	534
32. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO	537
33. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA NAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	541
33.1. Honorários advocatícios	541
33.2. Juros Moratórios nas ações previdenciárias	544
33.3. Inaplicabilidade da Taxa SELIC nas ações previdenciárias.....	547
33.4. Correção monetária nas ações previdenciárias.....	549
34. AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA	553
34.1. Competência e coisa julgada nas ações civis públicas previdenciárias	553
34.2. Legitimidade/ilegitimidade <i>ativa ad causam</i> do Ministério Público nas ações civis públicas que versem sobre benefícios previdenciários	557
35. JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS E COMPETÊNCIA PARA AS CAUSAS DE ATÉ SESENTA SALÁRIOS-MÍNIMOS	563
35.1. O limite de alçada em 60 (sessenta) salários-mínimos dos Juizados Especiais Federais	563
35.2. Renúncia expressa nas ações previdenciárias perante os Juizados Especiais Federais	571
36. SÚMULAS PREVIDENCIÁRIAS	575
Súmulas do STF	575
Súmulas do STJ	576
Súmulas do extinto Tribunal Federal de Recursos	577
Súmulas da TNU	579
Súmulas do TST	581
Súmulas do TRF1	582
Súmulas do TRF2	583
Súmulas do TRF3	584
Súmulas do TRF4	585
Súmulas do TRF5	586
Súmulas da Turma Regional de Uniformização dos JEF's da Segunda Região	587



Súmulas da Turma Regional de Uniformização dos JEF's da Quarta Região	587
Enunciados das Turmas Recursais do Juizado Especial Federal de São Paulo/SP	587
Enunciados das Turmas Recursais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro...	589
Enunciados das Turmas Recursais da Seção Judiciária do Espírito Santo.....	590
Enunciados da Turma Recursal do Juizado Especial Federal de Campinas/SP	592
Súmulas das Turmas Recursais do Rio Grande do Sul	593
Súmulas das Turmas Recursais de Santa Catarina.....	593
Súmulas da Advocacia Geral da União.....	594
BIBLIOGRAFIA	597

